

UMA SOCIOLOGIA INTELECTUAL DA GERAÇÃO DE 1870

Idéias em movimento: a Geração 1870 na crise do Brasil-Império, de Angela Alonso. São Paulo: Paz e Terra, 2002, 392 pp.

Celso Castro

Pensamento e prática social, cultura e ação política. Afirmar que esses termos estão inter-relacionados é quase um lugar-comum. O difícil é enfrentar a tarefa de reconstituir os nexos sociológicos entre eles — mostrar *como se dá* essa articulação,

em contextos específicos. É esse o maior desafio de *Idéias em movimento*, versão revista da tese de doutorado em Sociologia de Angela Alonso, defendida na USP em 2000 e que ganhou o prêmio CNPq-Anpocs de melhor tese do ano em Ciências Sociais.

O livro trata do "movimento intelectual" que ficou conhecido como a "Geração 1870" brasileira. Esse grupo incluiu pessoas que chegaram à vida adulta e iniciaram sua atividade intelectual e política ao longo dos anos 1870 e início dos 1880, mas o uso da palavra "movimento" pela autora pretende enfatizar a dimensão de ação coletiva desse grupo, mais do que o fato de pertencerem a um mesmo conjunto etário. Os membros desse movimento, embora for-

massem um grupo heterogêneo em termos das idéias que desposaram e da ação política que seguiram, viveram uma comunidade de experiência social, uma vez que sentiam sua ascensão social e política bloqueada pelos privilégios monárquicos, quer por não pertencerem à elite imperial, quer por serem membros de facções politicamente subordinadas dessa elite. Esse sentimento de marginalização deve ser no entanto relativizado: como tivessem estudos superiores, já pertenciam a um estrato privilegiado da população brasileira.

São analisadas no livro as trajetórias de vida e os principais textos de um conjunto de cerca de 120 indivíduos, com foco concentrado na vida de algumas lideranças. Eles foram divididos em seis grupos: liberais republicanos (como Quintino Bocaiúva e Salvador de Mendonça), novos liberais (como Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e André Rebouças), positivistas abolicionistas da Corte (como Miguel Lemos e Teixeira Mendes), positivistas de Pernambuco e de São Paulo (como Clóvis Beviláqua, Aníbal Falcão e Silva Jardim), federalistas científicos de São Paulo (como Pereira Barreto, Campos Sales e Francisco Glicério) e federalistas positivistas do Rio Grande do Sul (como Júlio de Castilhos e Assis Brasil). A ordem de descrição desses grupos obedece à época de sua emergência pública e ao maior grau de marginalização social e política em relação à elite imperial. A pesquisa é baseada em escritos selecionados e em fontes secundárias, como textos biográficos e autobiográficos. Essas fontes impõem limites ao trabalho de pesquisa e, como reconhece a autora, são problemáticas em virtude de seu tom muitas vezes laudatório e impreciso. Certamente o recurso a arquivos pessoais já disponíveis (tais como os de Quintino Bocaiúva e Joaquim Nabuco) daria mais densidade à pesquisa, embora, creio, não alterasse no essencial as conclusões apresentadas no livro.

O resultado do esforço feito por Angela Alonso é um trabalho notável de sociologia intelectual que renova de forma muito competente e oportuna a bibliografia disponível sobre o tema, em geral centrada quer em autores, quer no aspecto mais doutrinário daquilo que escreviam (como as "escolas de pensamento" a que se filiavam). Não é esse o caminho seguido pela autora, que evita tomar como dado aquilo que os próprios personagens do "movimento" construíram *a posteriori* sobre suas trajetórias e experiências, bem como busca conectar essas pessoas e suas idéias com o tipo de ação política que desenvol-

veram. É impossível, segundo ela, separar nessa geração "intelectuais" de "políticos", até porque inexistia um campo intelectual autônomo no Brasil do século XIX. Uma das principais lições do livro é a importância de recolocar os *textos* nos *contextos* de sua produção, divulgação e recepção.

Um equívoco freqüente é a visão de que as posições dos movimentos intelectuais do final do Império eram apenas "reflexo" de idéias produzidas no exterior, sem originalidade e sem maiores preocupações com a realidade nacional. O que ocorreu foi uma seleção de elementos daquelas teorias, a partir de um critério político. A argumentação da autora também desacredita a perspectiva analítica que reduz o que o movimento produziu, tanto em termos intelectuais quanto políticos, à origem social de seus membros. A Geração 1870 era composta por um conjunto de pessoas que herdaram capitais sociais muito heterogêneos. Também não havia uma mesma origem regional.

O que os unia, então? Segundo Angela Alonso, para além da experiência comum de auto-representação como relativamente marginais ao centro do poder, o que uniu os participantes do movimento foi uma orientação política anticonservadora, fruto da insatisfação com o limitado campo de possibilidades em que se inseriam. Nessa perspectiva, diferenciavam-se entre si apenas pelas modalidades e não pela natureza da crítica que faziam ao *status quo* imperial. O livro apresenta de forma competente o acervo comum do qual, seletivamente, retiravam seus elementos de atuação e de construção de identidade intelectual e política. Com dificuldades para expressar suas críticas por meio das instituições formais, os membros do movimento recorreram à atuação em clubes, conferências, jornais independentes, panfletos, comícios, passeatas e *meetings*.

Essa unificação do movimento em termos de ação política foi mais uma potencialidade do que algo efetivamente realizado. A atuação política desse conjunto de personagens foi sempre fragmentada e, no geral, de fraca mobilização. O seu impacto eleitoral, por exemplo, foi muito pequeno até às vésperas da República. É fundamental perceber, como faz a autora, que a atuação do grupo não era revolucionária, e sim *reformista*. A maioria dos seus membros demandava reformas estruturais na ordem imperial, e não sua supressão.

Embora a Geração 1870 certamente tenha tido papel importante no enfraquecimento da ordem

imperial, a mudança de regime não se consumou por força do seu movimento reformista. O fim da monarquia foi fruto de um golpe de estado promovido por um grupo em boa parte exterior ao movimento (ou que, pelo menos, mantinha com ele relações muito particulares), e que de forma alguma abominava, como a maioria dos reformistas, a perspectiva revolucionária, embora não-popular. Esse grupo era liderado por Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant, militares que ocupavam posições marginalizadas na instituição militar e, seduzidos por um ativo grupo de jovens oficiais republicanos (na linguagem da época, a "mocidade militar"), decidiram-se a pronunciar palavras mágicas como as de Deodoro às vésperas do golpe: "Já que não há outro remédio, leve a breca a Monarquia; nada há mais que esperar dela, venha a República".

Esses militares associaram-se, em cima da hora, a civis reformistas de diferentes origens, alguns deles membros da Geração 1870. Buscava-se, com isso, dar um caráter mais amplo que o de um simples *pronunciamiento*, tão ao gosto das repúblicas sul-ameri-

canas. No entanto, uma outra frase de Deodoro, dita em 11 de novembro de 1889 a colegas de farda que tentavam convencê-lo a receber Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo, Rui Barbosa e Francisco Glicério, denuncia a fragilidade dessa aliança: "E o que temos nós a ver com paisanos?".

O golpe republicano não só derrubou a monarquia como atropelou o movimento reformista da Geração de 1870, dando origem a uma disputa política que lançou o país na década mais caótica de sua história. Uma interessante continuação de *Idéias em movimento* seria acompanhar as diferentes trajetórias seguidas pelos participantes da Geração na república nascente e como eles viveram aquilo que Gilberto Freyre chamou de "a fácil dissolução de um futuro em passado". Felizmente já temos neste livro de Angela Alonso um ótimo guia para essa e outras pesquisas.

Celso Castro é pesquisador do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas.